

REQUERIMENTO DE CONVITE Nº , DE 2019

(Do Sr. Deputado José Ricardo)

Solicito seja convidado o Sr. Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto, Ministro do Desenvolvimento Regional, a fim de prestar esclarecimentos a Comissão de Comissão de Desenvolvimento Urbano, sobre o andamento do Programa Minha Casa Minha Vida e sobre a dotação orçamentária para o Programa para o ano de 2019.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a, com base no art 255 do Regimento Interno, que, ouvido o plenário, se digne adotar as providências necessárias para o convite do o Sr. Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto, Ministro do Desenvolvimento Regional para comparecer ao plenário desta Comissão de Comissão de Desenvolvimento Urbano, sobre o andamento do Programa Minha Casa Minha Vida e sobre a dotação orçamentária para o Programa para o ano de 2019.

JUSTIFICATIVA

O Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) foi lançado pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. O MCMV representa um conjunto de programas habitacionais do Governo Federal, com diferentes fontes de recursos e faixas de renda atendidas. Encontram-se diferentes tipos de produção habitacional, sob a etiqueta. A primeira etapa do programa compreende o período de 2009 a 2010. Instituída pela Medida Provisória 459, de 25 de março de 2009, posteriormente é convertida na Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, e demais normas infra legais. A segunda etapa do programa (MCMV 2), iniciada em 2011 e regulamentada pela Lei 12.424, de 16 de junho, propõe a construção de 2,4 milhões de moradias. O MCMV divide as moradias produzidas em três faixas de renda, com diferentes programas e fontes de recursos.

O MCMV é apresentado como uma política anticíclica, frente à crise econômica mundial de 2009, no intento de evitar a recessão e o desemprego no País.

Neste ano de 2019 o governo federal, do Presidente Jair Bolsonaro, extingue o Ministério das Cidades e com isso o Programa Minha Casa Minha Vida passa para a pasta do Ministério do Desenvolvimento Regional. O novo desenho da política urbana no Brasil, com destaque para a política habitacional, sofre alterações e pode comprometer solução do grave déficit de moradias no país.

É fundamental sabermos qual a real dotação orçamentária para o Programa Minha Casa Minha Vida para o ano de 2019. O orçamento, pelo Congresso Nacional, prevê R\$ 4,6 bilhões para o programa, o que representa um percentual inferior ao ano de 2018. Portanto, a suplementação e ajustes no orçamento para atender a demanda por moradia, a fim de garantir recursos para a continuidade do programa.

Subscrevemos a pauta dos movimentos populares do direito à moradia e queremos ouvir do ministro a posição do governo federal sobre:

- Suplementação e ajustes no orçamento do MCMV Entidades e PNHR, a fim de garantir recursos para a continuidade do programa;
- Autorização para contratação imediata dos empreendimentos contidos nas portarias 595 e 597, cujos prazos vencem no final deste mês;
- Garantia de recursos para a contratação dos empreendimentos em imóveis da SPU (adquiridos do INSS) contidos na portaria 606-2018
- Manutenção do pagamento das obras em andamento
- Autorização para a transição de fase de empreendimentos no MCMV Entidades
- Retomada de obras paralisadas, conforme previsto em portaria.
- Mudanças e futuro dos programas habitacionais para famílias de baixa renda.

O debate e o comprometimento do Governo Federal sobre o futuro dos programas habitacionais para famílias de baixa renda é inadiável. As políticas públicas

precisam ser melhoradas, aperfeiçoadas e que os responda aos interesses e reclamos da sociedade, especial na questão das políticas de moradia que o objetivo seja a ampliação e suplementação do orçamento e não o seu enxugamento e corte para atender às exigências do mercado.

Desta forma, solicito o apoio dos demais membros desta Comissão de Desenvolvimento Urbano no sentido da aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, 14 de março de 2019.

JOSÉ RICARDO
DEPUTADO FEDERAL PT/AM